



Eletromidia S.A.

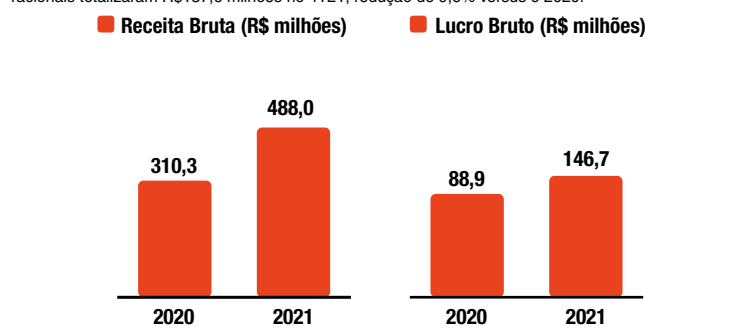
CNPJ nº 09.347.516/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração: No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira, a Eletromidia S.A. apresenta, a seguir, o Relatório da Administração, compreendendo os resultados operacionais e financeiros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações aqui contidas nesse documento devem ser lidas em conjunto com os relatórios financeiros e os comentários abordam os resultados consolidados da Companhia para o exercício de 2021 e as comparações são relativas ao exercício findo em 2021. O ano de 2021 foi um ano de recuperação gradual nos resultados da Eletromidia, mesmo em um ano ainda impactado pela pandemia da Covid-19. Em 2021, a Eletromidia avançou de forma significativa na sua tese de expansão, foram três aquisições anunciadas, captação e instalação recorde na vertical de edifícios, crescimento de telas, aumento da sua presença nas principais cidades do país, início da operação no aeroporto de Congonhas e no avanço na transformação digital com a agenda de automatização de vendas, dados e métricas.

Resultados Financeiros & Operacionais consolidados				
R\$ Mil	2021	2020	Δ R\$	Δ %
Receita Bruta	487.953	310.337	177.616	57,2%
(-) Impostos sobre Vendas	(55.913)	(37.448)	(18.465)	49,3%
(-) Cancelamentos & Deduções	(16.342)	(4.586)	(11.756)	256,3%
Receita Líquida	415.698	268.303	147.395	54,9%
(-) Custos Serviços Prestados	(268.985)	(179.452)	(89.533)	49,9%
Lucro Bruto	146.713	88.851	57.862	65,1%
<i>Margem Bruta</i>	35,3%	33,1%	2,2 p.p.	
(-) Pessoal, Gerais & Administrativas	(111.516)	(117.633)	6.117	-5,2%
(-) Comerciais	(10.990)	(15.557)	4.567	-29,4%
(+/-) Outras receitas (despesas), líquidas	(15.094)	(19.090)	3.996	-20,9%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	(25.408)	(30.127)	4.719	-15,7%
Lucro Antes dos Impostos	(16.295)	(93.556)	77.261	-82,6%
(+) IRPJ & CSLL	4.816	23.751	(18.935)	-79,7%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(11.479)	(69.805)	58.326	-83,6%
<i>Margem Líquida</i>	-2,8%	-26,0%	23,3 p.p.	

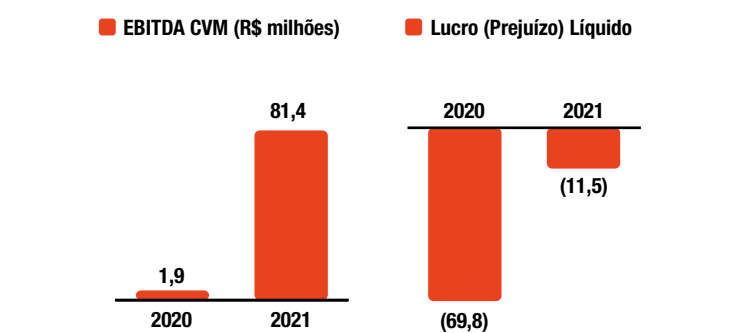
Em 2021, a Receita Bruta totalizou R\$487,9 milhões, crescimento de 57% quando comparada à Receita Bruta de R\$310,3 milhões de 2020 (+R\$177,6 milhões). A evolução, do ano, é explicada: (i) pelo crescimento da rede de painéis; (ii) pela maior flexibilização das medidas de restrição relacionadas à Covid-19 e à avanço da vacinação; e (iii) pelo contínuo ganho de relevância do setor de OCH e empresa à medida que o mercado se consolida, profissionaliza e avança na agenda de dados e métricas. Em 2021, a linha de Custos totalizou R\$269,0 milhões, crescimento de 50% quando comparamos com os custos de R\$179,5 milhões de 2020. O aumento na linha dos custos é explicado: (i) pelo maior patamar da receita no ano; e (ii) pela segregação dos saldos de Depreciação e Amortização entre as linhas de Custo e Despesas, resultado de um aprimoramento de controles internos da Eletromidia no ano. O Lucro Bruto de 2021 atingiu R\$146,7 milhões e a Margem Bruta foi de 35%, aumento de 2 p.p. em relação à Margem Bruta de 33% de 2020. O resultado é explicado pelo maior patamar de receita no ano. As Despesas Operacionais totalizaram R\$137,6 milhões no 4T21, redução de 9,6% versus o 2020.



A redução na linha "Pessoal, Gerais & Administrativas" é explicada pela reclassificação de algumas despesas de Depreciação para a linha "Custos Serviços Prestados", levemente compensada pelo aumento de colaboradores no ano de 2021, especialmente para as áreas de captação, instalação e tecnologia e despesas comerciais relacionado ao crescimento das vendas. O Resultado Financeiro apresentou redução de 16% versus 2020, refletindo principalmente: (i) o aumento da CDI no período, que impacta os juros incorridos sobre as Debêntures; (ii) compensado pelo aumento na linha Receitas Financeiras - resultado dos rendimentos de aplicações financeiras, também impactado pela CDI no ano.

EBITDA & Lucro Líquido				
R\$ Mil	2021	2020	Δ R\$	Δ %
Lucro (Prejuízo) Líquido	(11.479)	(69.805)	58.326	-83,6%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	25.408	30.127	(4.719)	-15,7%
(+/-) IRPJ & CSLL	(4.816)	(23.751)	18.935	-79,7%
(+/-) Depreciação & Amortização	72.270	65.302	6.968	10,7%
EBITDA (IN CVM 527/09)	81.383	1.873	79.510	4.245,1%

A Companhia divulga seu EBITDA, calculado a partir do lucro (prejuízo) líquido, exceto das depreciações e amortizações, dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro líquido. O EBITDA da Eletromidia de 2021 atingiu R\$81,4 milhões, adição de R\$79,5 milhões sobre o EBITDA de R\$1,9 de 2020. O crescimento é resultado da evolução dos resultados da Companhia durante o ano, conforme explicado nas seções anteriores deste documento. Em 2021, o Prejuízo Líquido foi de R\$11,5 milhões, evolução de R\$58,3 milhões quando comparado com o Prejuízo Líquido de R\$69,8 milhões de 2020. A melhoria é resultado da combinação entre o crescimento de telas em novos projetos como edifícios residenciais e comerciais, início da operação no Aeroporto de Congonhas, dos projetos na vertical de ruas, além da recuperação contínua da audiência no período - resultado da flexibilização da circulação de pessoas e do avanço da vacinação no ano.

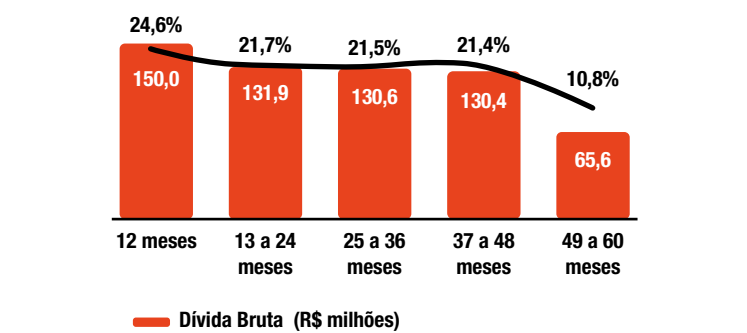


Caixa & Endividamento				
R\$ Mil	2021	2020	Δ R\$	Δ %
Saldo Inicial	86.135	38.018	48.117	126,6%
(+/-) Caixa Líquido Operacional	220	60.365	(60.145)	-99,6%
(+/-) Caixa Líquido Investimento	(104.072)	(609.744)	505.672	82,9%
(+/-) Caixa Líquido Financiamento	597.899	597.496	403	0,1%
Saldo Final	580.182	86.135	494.047	573,8%
Geração Líquida de Caixa	494.047	48.117	445.930	926,8%

A geração de Caixa Operacional encerrou 2021 com saldo de R\$0,2 milhões em 2021, ante R\$60,4 milhões em 2020. A variação é explicada principalmente pela estratégia de preservação do caixa em 2020 - período mais agudo da pandemia, com a revisão de processos para melhoria do capital de giro operacional através da redução do prazo médio de recebimento e alongamento do prazo de pagamento resultando com efeito na geração operacional. Os Investimentos totais somaram R\$104,1 milhões em 2021, composto principalmente por investimentos nos projetos: (i) edifícios residenciais e comerciais; (ii) CPMT; (iii) Tembici e (iv) pagamento da aquisição da NoAlvo. A variação quando comparamos com 2020 é explicada principalmente pelo pagamento da aquisição da Elemidia no início de 2020. As movimentações do Caixa de Financiamento em 2021, em linha com 2020, se dão pela captação levantada no IPO em 2021 e pela captação das debêntures em 2020.

Caixa & Endividamento				
R\$ Mil	2021	2020	Δ R\$	Δ %
Empréstimos & Financiamentos				
(+) Debêntures	603.943	660.184	(56.241)	-8,5%
(+) Empréstimos & Financiamentos	-	-	2.535	(2.535)
(+) Passivo de Arrendamento	4.544	5.745	(1.201)	-20,9%
Divida Bruta	608.487	668.464	(59.977)	-9,0%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(580.182)	(86.135)	(494.047)	-573,6%
Divida Líquida	28.305	582.329	(554.024)	-95,1%
Patrimônio Líquido	577.511	91.917	485.594	528,0%
<i>Divida Líquida sobre Patrimônio Líquido</i>	0,0x	6,3x		

A Divida Bruta totalizou R\$608,5 milhões em 2021, redução de 9,0% quando comparada com a Divida Bruta de R\$668,5 do 4T20. O Caixa e Equivalentes de Caixa encerraram o ano com um saldo de R\$580,2 milhões. A Companhia encerrou o trimestre com Patrimônio Líquido de R\$577,6 milhões, ante um Patrimônio Líquido de R\$91,9 no 4T20.



Declaração da Diretoria Estatutária: Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com a opinião expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras intermediárias relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **Relacionamento com Auditor Independente:** Ao longo do período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para realizar auditoria e emitir relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. A administração da Companhia informa que não contratou o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse ou de independência.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Receita operacional líquida	28	237.050	147.614	415.698	268.303
Custos dos serviços prestados	29	(181.600)	(132.655)	(268.985)	(179.452)
Lucro bruto		55.450	14.959	146.713	88.851
Receitas (despesas) operacionais		(60.451)	(86.126)	(137.600)	(152.280)
Despesas comerciais	29	(7.800)	(11.533)	(10.990)	(15.557)
Despesas gerais e administrativas	29	(70.606)	(67.325)	(111.516)	(117.633)
Outras (despesas) operacionais	29	(10.213)	(14.314)	(15.094)	(19.090)
Partes relacionadas	26	1.465	-	1.209	-
Outros créditos		1.646	952	1.889	1.051
Resultado financeiro		(5.001)	(71.167)	9.113	(63.429)
Despesas financeiras	30	(51.559)	(32.865)	(53.903)	(36.407)
Receitas financeiras	30	25.981	4.421	28.495	6.280
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(30.579)	(99.632)	(16.295)	(93.556)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	31	(763)	(2.192)	(18.856)	(26.951)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	31	(19.863)	33.670	23.672	26.651
Prejuízo do exercício		(11.479)	(68.154)	(11,479)	(69.805)
Atribuível aos acionistas controladores		(11,479)	(68,154)	(11,479)	(68,154)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	-	(1,651)
Resultado por ação					
Básico	27	(0,098)	(0,7275)	(0,098)	(0,7275)
Diluído	27	(0,098)	(0,7275)	(0,098)	(0,7275)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Prejuízo do exercício		(11,479)	(68,154)	(11,479)	(69,805)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		(11,479)	(68,154)	(11,479)	(69,805)
Atribuível aos acionistas controladores		(11,479)	(68,337)	(11,479)	(68,154)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	-	(1,651)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Receitas		282.145	170.936	487.952	310.337
Receita operacional		282.145	170.936	487.952	310.337
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas		(957)	(1.061)	(2.028)	(1.501)
Insumos adquiridos de terceiros		(172.240)	(136.987)	(243.965)	(184.868)
Custos de serviços		(13.765)	(11.183)	(26.142)	(22.573)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		95.183	21.705	215.817	101.395
Valor adicionado bruto gerado pela Companhia		(47.777)	(42.968)	(72.270)	(65.302)
Retenções		47.406	(21.263)	143.547	36.093
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		28.305	7.046	172.042	42.373
Resultado de equivalência patrimonial		25.981	4.421	28.495	6.280
Receitas financeiras		54.149	11.467	28.495	6.280
Valor adicionado recebido em transferência		101.555	(9.796)	172.042	42.373
Valor adicionado a distribuir		101.555	(9.796)	172.042	42.373
Distribuição do valor adicionado		48.819	36.215	79.519	59.357
Empregados		42.148	34.751	67.500	57.539
Salários e encargos		4.121	118	9.465	(528)
Plano de compra ações		2.552	1.346	2.554	1.346
Tributos		12.217	(10.949)	50.034	15.205
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(19.863)	(33.670)	(23.672)	(26.651)
Federais		23.522	16.999	58.964	31.412
Estaduais		154	14	175	14
Municipais		8.404	5.708	14.567	10.430
Financiadores		51.998	33.092	53.968	38.616
Outras despesas financeiras		49.540	29.334	51.321	31.509
Aluguéis		2.020	3.552	2.581	4.897
Aluguéis		438	206	66	2.210
Remuneração de capitais próprios		(11,479)	(68,154)	(11,479)	(68,805)
Lucros (prejuízos) retidos		(11,479)	(68,154)	(11,479)	(68,154)
Participação dos não controladores nos lucros retidos		-	-	-	(1,651)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A seguir é apresentada a base de consolidação:

	% Participação	
	2021	2020
Participação Direta		
Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	100%	-
TV Minuto S.A.	100%	100%
PubliBanca Brasil S.A.	100%	70%
Participação Indireta		
Aki Midia Consultoria e Serviços de Marketing Ltda. ("Aki Midia")	100%	100%
NoAlvo Serviços de Intermediação e Comunicação S.A. ("NoAlvo")	100%	-

2.3. Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. **2.4. Impactos COVID-19:** A Companhia e sua Administração não conseguem prever ou estimar precisamente o impacto nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia, uma vez que a COVID-19 continua a impactar a atividade econômica mundial e representa o risco de que a Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios possam ser impedidos de realizar determinadas atividades de negócios por um período indeterminado, inclusive devido a paralisações que podem ser solicitadas por autoridades governamentais como medida preventiva. Com isso, a Companhia implementou ações para manutenção operacional e a gestão do caixa. Dentre as ações tomadas, figuram como as principais: • Revisão dos contratos de concessões e licitações, gerando uma economia (menor despesa) de R\$65.000 em 31 de dezembro de 2021 (R\$48.247 em 31 de dezembro de 2020); • Revisão dos contratos de aluguel e prestadores de serviços; • Adoção da MP nº 936/2020 convertida em Lei 14.020/2020 (Programa emergencial de manutenção de emprego e da renda); • Renegociação dos prazos de pagamentos junto aos fornecedores; • Renegociação dos prazos de recebimento junto a clientes anuais; e • Revisão do plano de investimentos. A Companhia está em constante revisão dos contratos com os prestadores de serviços e insumos, de tal forma que mantenha a eficiência operacional e os custos e despesas estejam em linha com o volume de negócio e as previsões orçamentárias. A Companhia vem permanentemente monitorando este cenário e a gestão do caixa. Dentre as ações tomadas, figuram como as principais: • Revisão dos contratos de concessões e licitações, gerando uma economia (menor despesa) de R\$65.000 em 31 de dezembro de 2021 (R\$48.247 em 31 de dezembro de 2020); • Revisão dos contratos de aluguel e prestadores de serviços; • Adoção da MP nº 936/2020 convertida em Lei 14.020/2020 (Programa emergencial de manutenção de emprego e da renda); • Renegociação dos prazos de pagamentos junto aos fornecedores; • Renegociação dos prazos de recebimento junto a clientes anuais; e • Revisão do plano de investimentos. A Companhia está em constante revisão dos contratos com os prestadores de serviços e insumos, de tal forma que mantenha a eficiência operacional e os custos e despesas estejam em linha com o volume de negócio e as previsões orçamentárias. A Companhia vem permanentemente monitorando este cenário e a gestão do caixa. Dentre as ações tomadas, figuram como as principais: • Revisão dos contratos de concessões e licitações, gerando uma economia (menor despesa) de R\$65.000 em 31 de dezembro de 2021 (R\$48.247 em 31 de dezembro de 2020); • Revisão dos contratos de aluguel e prestadores de serviços; • Adoção da MP nº 936/2020 convertida em Lei 14.020/2020 (Programa emergencial de manutenção de emprego e da renda); • Renegociação dos prazos de pagamentos junto aos fornecedores; • Renegociação dos prazos de recebimento junto a clientes anuais; e • Revisão do plano de investimentos. A Companhia está em constante revisão dos contratos com os prestadores de serviços e insumos, de tal forma que mantenha a eficiência operacional e os custos e despesas estejam em linha com o volume de negócio e as previsões orçamentárias. A Companhia vem permanentemente monitorando este cenário e a gestão do caixa. Dentre as ações tomadas, figuram como as principais: • Revisão dos contratos de concessões e licitações, gerando uma economia (menor despesa) de R\$65.000 em 31 de dezembro de 2021 (R\$48.247 em 31 de dezembro de 2020); • Revisão dos contratos de aluguel e prestadores de serviços; • Adoção da MP nº 936/2020 convertida em Lei 14.020/2020 (Programa emergencial de manutenção de emprego e da renda); • Renegociação dos prazos de pagamentos junto aos fornecedores; • Renegociação dos prazos de recebimento junto a clientes anuais; e • Revisão do plano de investimentos. A Companhia está em constante revisão dos contratos com os prestadores de serviços e insumos, de tal forma que mantenha a eficiência operacional e os custos e despesas estejam em linha com o volume de negócio e as previsões orçamentárias. A Companhia vem permanentemente monitorando este cenário e a gestão do caixa. Dentre as ações tomadas, figuram como as principais: • Revisão dos contratos de concessões e licitações, gerando uma economia (menor despesa) de R\$65.000 em 31 de dezembro de 2021 (R\$48.247 em 31 de dezembro de 2020); • Revisão dos contratos de aluguel e prestadores de serviços; • Adoção da MP nº 936/2020 convertida em Lei 14.020/2020 (Programa emergencial de manutenção de emprego e da renda); • Renegociação dos prazos de pagamentos junto aos fornecedores; • Renegociação dos prazos de recebimento junto a clientes anuais; e • Revisão do plano de investimentos. A Companhia está em constante revisão dos contratos com os prestadores de serviços e insumos, de tal forma que mantenha a eficiência operacional e os custos e despesas estejam em linha com o volume de negócio e as previsões orçamentárias. A Companhia vem permanentemente monitorando este cenário e a gestão do caixa. Dentre as ações tomadas, figuram como as principais: • Revisão dos contratos de concessões e licitações, gerando uma economia (menor despesa) de R\$65.000 em 31 de dezembro de 2021 (R\$48.247 em 31 de dezembro de 2020); • Revisão dos contratos de aluguel e prestadores de serviços; • Adoção da MP nº 936/2020 convertida em Lei 14.020/2020 (Programa emergencial de manutenção de emprego e da renda); • Renegociação dos prazos de pagamentos junto aos fornecedores; • Ren

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA ELETROMIDIA S.A. - 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou de um passivo devido ao resultado de acordo com o CPC 48 na demonstração de resultado. Inicialmente, o ativo é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ativo é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ativo adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da combinação serem atribuídos a essas unidades. Quando um ativo faz parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ativo associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ativo alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **3.2. Informações por segmentos:** Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais informações financeiras segmentadas estão disponíveis e são avaliadas pelo tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A conclusão da Administração é a de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de veiculação de publicidade, tendo a seguinte estrutura: (i) Todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em informações consolidadas; (ii) O objetivo da Companhia e suas controladas é de prover seus clientes, serviços de veiculação de publicidade em espaços publicitários; e (iii) Todas as decisões estratégicas, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. **3.3. Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base da preparação das demonstrações financeiras e seguem as disposições contábeis do CPC 48. **3.4. Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** **3.4. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulante. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.5. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação no mercado entre participantes do mercado na data de avaliação. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizará o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para a mensuração do valor justo, seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. A Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. A Companhia é responsável pelo departamento de avaliação de risco, os diretores financeiros e gerentes de cada propriedade. Os avaliadores externos estão envolvidos nas avaliações de risco, como por exemplo, ativos não cotados e passivos não cotados e passivos significativos, tais como contraprestação contingente. O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela Companhia, após discussão com a Companhia e respectiva aprovação delecebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas. A Companhia após discussão com os avaliadores externos, determina que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso. Para fins dessa análise, a Administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes. A Administração, em conjunto com os avaliadores externos da Companhia, também compara cada movimentação no balanço com os investimentos em controladas, em que o balanço da entidade é utilizado para determinar se a movimentação é aceitável. **3.6. Reconhecimento da receita:** Receita de contrato com cliente - veiculação de publicidade: A receita de contrato com cliente é reconhecida quando ocorre a efetiva transferência de controle do serviço prestado, ou seja, quando a veiculação do serviço de publicidade é efetuada aos clientes por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia e suas controladas concluem, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita. As divulgações de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas relacionadas à receita de contrato com cliente são apresentadas na Nota 4. - Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. A receita é apresentada líquida, com base nos custos de produção, incluindo o custo de produção de vendas. Os custos de produção são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado quando aplicáveis. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que origine o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. A Companhia reconhece passivos diferidos sobre benefício da amortização fiscal de ágios (goodwill) considerando que na hipótese de baixa do ágio por impairment exista uma provisão associada à despesa indutível desse impairment para a reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social. Tributos sobre as vendas: Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos benefícios de impostos econômicos futuros esperados em períodos de vendas. Os benefícios ou serviços não foram recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos impostos descritos acima, e são apresentados líquidos da receita de vendas na demonstração do resultado. Conforme legislação fiscal, as alíquotas de tributos sobre as vendas são: • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,00%; • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos (IRLUD) - 2% a 5%; E, para empresas de vendas, os tributos sobre as vendas são créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. **3.8. Distribuição de lucros e dividendos:** A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício em questão e após realizadas as reservas previstas no artigo 202 da Lei das S/A. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. **3.9. Imobilizado:** Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base nos métodos de fluxo de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios do Grupo do ativo imobilizado **% a.a.**

Instalações 10

Máquinas e equipamentos 10

Móveis e utensílios 10

Painéis 10

Equipamentos de informática 5

Veículos 5

Benefícios em imóveis de terceiros 5

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando não houver benefício econômico futuro esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.10. Ativos Intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício contábil. Mudanças na vida útil estimada ou no custo mais esperado dos benefícios econômicos futuros decorrentes de mudanças nas estimativas de valores são mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo) resultando em ganho ou perda. Quando a venda de um ativo intangível ocorre em sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do reconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **3.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 3.6. Receita de

contrato com cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é preciso que o ativo ou o grupo que sejam "exclusivamente pagamentos de juros" (também referido como teste "SPPI" sobre os fluxos de caixa) em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos mantidos de modo a obter os fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros de classes fixados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais)); e Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes):** Para fins de mensuração subsequente, a classificação de ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais):** No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando adotado a definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros. Apresentado e não serem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando o Grupo se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • O Grupo transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações reidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Reavaliação do valor justo:** Para fins de mensuração subsequente, a reavaliação do valor justo é avaliada com base no reconhecimento de ativos financeiros sob também fornecidas nas seguintes notas explicativas: As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias deitadas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência para futuros períodos. Para as exposições de crédito com risco de crédito aumentado, o Grupo estabelece um plano de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores econômicos, legais e ambientais. O ambiente econômico e o risco de crédito são avaliados periodicamente. O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii) **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou passivos financeiros ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao custo amortizado com ajuste de provisões. Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação

★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA ELETROMIDIA S.A. - 31 DE DEZEMBRO DE 2021**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de dispositivos móveis com os pontos físicos de mídia, de forma que é possível determinar os endereços para se anunciar, considerando um determinado público-alvo, proporcionando dados e métricas para os anunciantes. Abaixo a composição do valor a pagar aos vendedores:

(-) Contraprestação transferida	10.091
(-) Pagamento à vista	(4.506)
(-) Saldo a pagar incluído em contas a pagar por aquisição de controladas	5.585
Impacto da aquisição nos fluxos de caixa das atividades de investimento	(4.506)
Pagamento à vista	49
Caixa e equivalentes de caixas adquiridos	(4.457)

(e) **Aquisição de controlada líquido do caixa adquirido**
A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, foi feita com base em uma avaliação preliminar do valor justo, uma vez que a avaliação dos ativos identificados e passivos assumidos na combinação de negócios ainda demanda da conclusão das análises pela adquirente, que será concluído em até 12 meses da data de aquisição, conforme permitido pela norma contábil.

Aquisição NoAtivo	100%
Participação adquirida	100%
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	49
Contas a receber de clientes	1.178
Impostos a recuperar	5
Outros ativos	77
Intangível	3.227
Total dos ativos assumidos	4.536
Passivo	
Fornecedores	922
Outros passivos	1.557
Provisão para demandas judiciais	386
Total dos passivos assumidos	2.865
Acervo líquido	1.671
Ágio gerado na transação	8.420
Total da contraprestação	10.091

Os intangíveis identificados foram avaliados com vida útil definida:
(*) **Intangíveis identificados**

Marca	2,2
Softwares desenvolvidos internamente	2,2

O ágio pago de R\$ 8.420 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição que não pôde ser reconhecida separadamente. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 incluiu receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela NoAlvo, a partir de outubro de 2021, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 04 de outubro de 2021. Desde a data de aquisição, a NoAlvo contribuiu com uma receita líquida de R\$ 464 e lucro líquido de R\$ 284 para o resultado consolidado. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, a NoAlvo teria contribuído com uma receita líquida de R\$ 3.281 e com prejuízo de R\$ 422. **Combinações de negócios em 2020:** Aquisição da **Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. ("Elemidia")**. Em 31 de janeiro de 2020, a Companhia adquiriu a totalidade da participação societária da Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. (Elemidia) pelo valor de R\$ 498.230 que originou um valor de preço pago excedente no montante de R\$ 429.304, sendo o montante R\$ 4.052 como ajuste a valor justo dos ativos e R\$66.962 devidamente alocado e o saldo residual não alocado permanecendo como ágio por rentabilidade futura. Do valor de aquisição, R\$ 5459.091 foi liquidado à vista e a diferença de R\$30.139 será liquidada em parcelas anuais em até cinco anos. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2020 dessa parcela a pagar é de R\$ 30.835. A Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. atua como um veículo de comunicação do segmento de mídia digital "out of home" (OOH) com uma estrutura 100% digital e expertise na distribuição de conteúdo segmentado. Fundada em 2003 atua em 60 cidades, em sua maioria no Brasil. Possui pontos de exibição de mídia em elevadores de edifícios comerciais, edifícios residenciais, shoppings, supermercados, academias, hotéis, universidades e hospitais, entre outros. A transação compreendeu vários fatores, incluindo a complementariedade das empresas, que através da aquisição colocou em prática a estratégia de combinação de negócios, criando assim uma Companhia OOH com um portfólio completo e uma presença significativa no mercado em que atua. Conforme laudo elaborado por empresa independente, o valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Elemidia na data da aquisição é apresentado a seguir:

	Total
Ativo circulante	66.419
Ativo não circulante	105.511
Passivos	
Passivo circulante	49.182
Passivo não circulante	53.822
Total dos ativos identificáveis líquidos a valor contábil	68.926
Total da contraprestação	498.230
Preço pago excedente (A)	429.304
Ajustes de ativos e passivos a valor justo (B)	4.052
Contingências	4.437
Mais valia de ativos	(5.534)
Baixa de ativos intangíveis	5.149
Alocação do preço de compra (C)	66.962
Acordo de não competição	(5.813)
Softwares desenvolvidos internamente	(58.987)
Franquias	(2.162)
Ágio na aquisição da Elemidia (A) + (B) - (C)	366.394

Os ajustes de ativos e passivos a valor justo é a seguinte:

	jan-2020	Ajustes do PPA	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes	29.860	-	29.860
Créditos a receber	31.976	-	31.976
Adiantamentos	3.793	-	3.793
Tributos a compensar	168	-	168
Tributos a recuperar	121	-	121
Despesas antecipadas	501	-	501
Total do ativo circulante	66.419	-	66.419
Depósitos judiciais	117	-	117
Impostos diferidos	17.733	-	17.733
Imobilizado líquido	71.708	5.534	77.242
Direito de uso	5.596	-	5.596
(-) Ativos Intangíveis (valor justo)	10.357	61.814	72.171
Acordo de não competição	-	5.813	5.813
Tecnologia desenvolvida internamente (Software)	-	58.987	58.987
Franquias	-	2.162	2.162
Luvas	5.209	-	5.209
Softwares - Outra aquisição	1.790	(1.790)	-
Ágio aquisição Aki mídia	3.358	(3.358)	-
Total do ativo não circulante	105.511	67.348	172.859
Parcela não alocada	171.930	366.393	366.393
Total Ativo	433.741	433.741	605.671
	jan-2020	Ajustes do PPA	Valor justo
Passivo			
Fornecedores	24.111	-	24.111
Obrigações trabalhistas	6.535	-	6.535
Obrigações tributárias	4.414	-	4.414
Adiantamentos de clientes	6.384	-	6.384
Empréstimos e Financiamentos	1.776	-	1.776
Passivo de arrendamento	5.962	-	5.962
Total passivo circulante	49.182	-	49.182
Obrigações tributárias	1.758	-	1.758
Empréstimos e financiamentos	51.732	-	51.732
Provisão para contingências	332	-	332
Contingências possíveis	-	4.437	4.437
Total passivo não circulante	53.822	4.437	58.259
Patrimônio líquido	68.926	429.304	498.230
Total passivo e patrimônio líquido	171.930	433.741	605.671

Os intangíveis identificados foram avaliados com vida útil definida:
Intangíveis identificados

Acordo de não competição	5,0
Softwares desenvolvidos internamente	3,9
Franquias	3,0

6. Caixa e equivalentes de caixa;	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Caixa e bancos	2.316	2.336
Aplicações financeiras	527.926	35.524
Aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, com remuneração baseada na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, onde a taxa média é de 101,95% da CDI, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.	97.860	95.125
7. Contas a receber:	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Contas a receber faturado	69.742	22.854
Contas a receber a faturar	9.391	13.200
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(509)	(99)
	78.624	35.955

A Companhia e suas controladas estão envidando esforços contínuos de redução nas Contas a receber a faturar no intuito de possibilitar o efetivo faturamento e manutenção dos recebíveis e prazos médios de recebimento. A seguir é apresentada a idade de vencimento das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
A vencer	53.626	27.417
Vencidos de 01 a 30 dias	15.805	5.984
Vencidos de 31 a 60 dias	4.025	1.141
Vencidos de 61 a 90 dias	2.281	-
Vencidos de 91 a 180 dias	2.987	314
Vencidos de 181 dias a 360 dias	307	1.011
Vencidos acima de 360 dias	302	187
	79.133	36.054

A Administração entende que o valores vencidos acima de 180 dias são recuperáveis, pois a inadimplência histórica é baixa quando analisado o total das contas a receber e historicamente não há incidências de não pagamento relevantes de seus clientes. A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	(207)	(248)
Reversão de provisão	108	-
Combinação de negócios	-	(1.322)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(99)	(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(99)	(230)
Constituição de provisão	(410)	(603)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(509)	(833)

Conforme política interna de constituição de perdas estimadas ser efetuada com base em perdas históricas e diretiva de baixa efetiva de operações vendidas acima de 12 meses para clientes privados e 24 meses para clientes governos.

8. Adiantamentos	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Adiantamentos a empregados	181	298
Adiantamentos a fornecedores (i)	13.014	14.576
Outros	-	316
Total	13.195	14.578
Circulante	3.053	4.438
Não circulante	10.142	10.141

(i) Refere-se basicamente a antecipação de pagamento junto a parceiro para desenvolvimento de projeto de mídia "out of home" no Rio de Janeiro. Atualmente a operação está em andamento e com funcionamento parcial, sendo instaladas até dezembro de 2021, 87 dos 260 pontos de veiculação. A Companhia manteve o saldo de R\$10.142 no adiantamento no não circulante, tendo em vista a previsão de veiculação de mídias para abatimento dos adiantamentos.

9. Tributos a recuperar:	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Imposto de renda	3.318	1.489
Contribuição social	608	577
COFINS (i)	1.307	5.066
PIS (i)	315	1.106
Outros	-	24
	5.548	8.262

(i) Refere-se a crédito de PIS e COFINS sobre aquisições de ativos imobilizados e insumos.

10. Despesas pagas antecipadamente:	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Prêmios de seguros	921	1.118
Custos de emissão de ações	1.930	-
Outras despesas antecipadas (i)	574	2.217
Total	1.495	5.265
Circulante	1.032	5.265
Não circulante	463	-

(i) O saldo é composto substancialmente pelo adiantamento realizado à Prefeitura da Cidade de São Paulo referente ao pedido de adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado ("PPI"), protocolado pela controlada direta Elemidia.

11. Aplicações financeiras restritas: Em 2020, a Companhia, conforme contrato de compra e venda da Elemidia, desistiu valores de aplicação financeira restritas ("Escrow Accounts") que estavam vinculadas à contraprestação contingente registrado na rubrica de valores devidos por aquisição de participação. Conforme contrato a Companhia não poderá descontar, compensar ou reter os valores desta conta. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$32.129 (R\$30.816 em 31 de dezembro de 2020).

12. Depósitos judiciais:	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Depósitos judiciais trabalhistas	98	318
Depósitos judiciais cíveis	1.065	1.434
Depósitos judiciais tributários	1.503	421
Outros	-	103
	2.666	2.173

13. Investimentos:	Participação	Investimento
	2021	2020
Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	100%	100%
Publianca Brasil S.A.	100%	100%
TV Minuto S.A.	100%	100%
Ágio e mais valia (a)	464.390	482.439
	622.594	516.530

(a) Movimentação saldo Consolidado apresentada na Nota 15 - Intangível. **A seguir são apresentadas as principais informações das investidas:**

	Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	TV Minuto S.A.	Publianca Brasil S.A.
Balanco patrimonial	100.370	10.627	20.659
Ativo circulante	109.748	9.765	9.406
Ativo não circulante	210.118	20.392	30.065
Total do ativo	58.021	18.741	10.204
Passivo circulante	13.032	596	1.777
Passivo não circulante	139.065	1.055	18.084
Total do passivo e patrimônio líquido	210.118	20.392	30.065

	Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	TV Minuto S.A.	Publianca Brasil S.A.
Balanco patrimonial	78.810	6.570	9.597
Ativo circulante	87.946	15.023	18.028
Ativo não circulante	166.756	21.593	27.625
Total do ativo	43.478	8.193	5.294
Passivo circulante	9.572	5.866	9.931
Passivo não circulante	113.906	7.734	13.400
Total do passivo e patrimônio líquido	166.756	21.593	27.625

14. Imobilizado:

	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Painéis	Equipamentos Informáticos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Custo										
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.570	21.059	1.167	18.205	4.296	90	16.384	243	-	81.014
Adições	184	273	21	3.144	2.996	-	63	69	3.675	10.465
Baixas	(118)	(91)	(141)	(83)	(64)	-	(196)	-	-	(693)
Transferências	(299)	(450)	(278)	4.103	(2.372)	-	(752)	48	-	-
Outros	1	(22)	20	1	-	-	(1)	-	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	19.338	20.769	789	25.370	4.856	90	15.498	360	3.675	90.745
Adições	7.357	18	79	1.615	364	-	4.847	-	28.793	43.073
Baixas	-	-	-	-	(5)	-	(4)	-	(8)	(17)
Transferências	7.984	436	55	1.632	106	-	251	-	(10.464)	-
Outros	34.679	21.223	923	28.617	5.321	90	20.592	360	21.996	133.801

	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Painéis	Equipamentos Informáticos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.922)	(13.740)	(397)	(2.407)	(1.822)	(90)	(10.655)	(5)	-	(32.308)
Depreciação Acumulada	(1.758)	(1.160)	(89)	(1.786)	(654)	-	(2.624)	(34)	-	(7.505)
Baixas	113	91	141	83	64	-	196	-	-	688
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(4.567)	(14.809)	(345)	(4.110)	(2.412)	(90)	(12.483)	(39)	-	(38.555)
Adições	(2.398)	(1.343)	(81)	(2.768)	(727)	-	(2.003)	(36)	-	(9.356)
Baixas	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(6.965)	(16.152)	(426)	(6.878)	(3.136)	(90)	(14.486)	(75)	-	(48.208)

||
||
||

★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA ELETROMODIA S.A. - 31 DE DEZEMBRO DE 2021**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cláusulas restritivas - Covenants financeiros e não financeiros
As Debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento dessas. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizado por descumprimento de covenants ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras anuais, não havendo em períodos intermediários. A Companhia deve manter um índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,00x referentes aos exercícios fiscais a se encerrar a partir de 31 de dezembro de 2021 (inclusive), com base nos indicadores pro forma, sendo a definição de EBITDA o lucro operacional antes de receitas e despesas financeiras, excluindo receitas e despesas não recorrentes, resultado não operacional, participações minoritárias, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 meses. No caso de aquisições de novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo será proforma considerando 12 meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato. A inobservância do indicador poderá acarretar vencimento antecipado não automático, sendo possível obter o *waiver* isentando o não cumprimento via AGD (Assembleia Geral de Debenturistas). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou o índice financeiro de Dívida Líquida/EBITDA dentro dos limites descritos acima. Sendo assim, para 31 de dezembro de 2021 e 2020 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

19. Empréstimos e financiamentos:

Instituição financeira	Linha	Vencimento	Taxa de Juros anual	Controladora			Consolidado		
				2021	2020	2021	2020	2021	2020
Banco de Lage			Juros fixos						
Landen Brasil S/A	CDC	01/07/2025	0,86% a.m.	926	-	926	-	926	-
Banco Bradesco	Capital de giro	04/11/2021	CDI + 2,70%	-	-	1.609	-	1.609	-
Total				926	-	2.535	-	2.535	-
Circulante				202	-	1.811	-	1.811	-
Não circulante				724	-	724	-	724	-

20. Obrigações tributárias:

ISS a recolher	PIS a recolher	COFINS a recolher	Parcelamentos de impostos (i)	Imposto de renda a recolher	Contribuição social sobre o lucro a recolher	Outros impostos passivos	Controladora		Consolidado	
							2021	2020	2021	2020
+	+	+	+	+	+	+	1.010	1.010	-	-
-	-	-	-	-	-	-	24	131	-	-
-	-	-	-	-	-	-	(108)	(1.884)	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	3.278	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020							926	2.535	-	-
(*) Provisão de juros							37	80	-	-
(-) Amortizações de principal							(926)	(2.532)	-	-
(-) Amortizações de juros							(37)	(83)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021							-	-	-	-

21. Obrigações trabalhistas:

Salários a pagar	Encargos sobre folha	Provisão de férias	Encargos sobre férias	Participação nos lucros	IRRF empregados	Outras obrigações trabalhistas	Controladora		Consolidado		
							2021	2020	2021	2020	
1.525	1.271	2.273	1.359	935	1.100	1.402	1.508	2.641	2.115	4.504	3.836
92	261	326	334	4.701	1.662	10.462	2.246	943	558	1.433	608
207	2	216	740	11.861	7.427	21.826	11.616	1.154	447	1.950	915
29	261	326	334	1.525	1.271	2.273	1.359	935	1.100	1.402	1.508
4.578	4.215	10.876	11.164	2.641	2.115	4.504	3.836	92	261	326	334
-	-	13.558	182	4.701	1.662	10.462	2.246	943	558	1.433	608
-	-	4.699	83	1.154	447	1.950	915	29	261	326	334
175	117	241	208	6.112	6.280	33.001	14.465	2.721	2.956	24.678	5.446
6.112	6.280	33.001	14.465	2.721	2.956	24.678	5.446	1.157	89	2.522	2.445
Total				3.391	3.324	8.323	9.019				

22. Adiantamentos de clientes:

Natureza	Total	Em aberto	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Municipais	60	45	1.272	1.503	2.421	2.953
Federais - PERT (*)	150	97	-	-	2.303	2.243
Federais - Parcelamento Previdenciário	60	47	746	900	965	986
Federais - Parcelamento não Previdenciário	60	50	2.560	1.812	5.187	4.982
Total	4.578	4.215	10.876	11.164	24.678	24.445
Circulante	1.157	89	2.522	2.445	3.391	3.324
Não circulante	3.391	3.244	8.323	9.019		

(*) Programa Especial de Regularização Tributária
Em consequência do período da COVID, a Companhia e suas controladas parcelaram os seus impostos no intuito da manutenção de caixa. Os parcelamentos foram efetuados para impostos municipais relativos a ISS, parcelamento previdenciário relativos a INSS e IRRF salários, e em parcelamento não previdenciário, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia e suas controladas estão liquidando esses parcelamentos, conforme vencimento.

23. Receitas antecipadas

Pacotes antecipados	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
	33.819	31.590	38.581	43.727
	33.819	31.590	38.581	43.727

24. Contas a pagar por aquisição de participação

Valores devidos - aquisição Elemidia	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
32.238	30.835	32.238	30.835	
2.341	21.846	2.341	21.846	
		7.064		
34.579	52.681	41.643	52.681	
4.836	11.910	6.232	11.910	
29.743	40.771	35.411	40.771	

25. Provisão para ações judiciais: 25.1. Processos com risco de perda provável:

Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
38	81	888	577	432	418	4.405
2.283	172	4.952	2.087	2.329	685	9.858
167	18	2.774	2.959	20	(428)	(987)
38	8	2.283	2.329	38	8	2.283
2.480	303	1.994	(2.273)	2.480	303	1.994
386	-	(428)	-	386	-	(428)
888	4.018	4.952	9.858	113	432	1.755
464	3.973	-	4.437	577	440	2.087
577	4.405	2.087	7.069	174	71	4.859
2.329	685	9.858	2.273	20	(428)	(987)
38	8	2.283	2.329	38	8	2.283
2.480	303	1.994	(2.273)	2.480	303	1.994
386	-	(428)	-	386	-	(428)
888	4.018	4.952	9.858	113	432	1.755

25.2. Processos com risco de perda possível: Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis por seus assessores jurídicos são demonstrados a seguir por natureza:

Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
1.935	1.607	13.007	13.084	70	110	50.869
2.745	3.475	64.758	64.246			

A seguir, demonstramos as principais contingências possíveis: Contingências Cíveis: • Trata-se de ação de execução da Carvalho Assessoria contra a DMS Publicidade Mídia Interativa S.A. (incorporada pela Eletromodia S.A.), por meio da qual o autor pleiteia indenização a título de aviso prévio, cláusula penal, pagamento de supostas diferenças e reembolsos em razão do término da relação contratual existente entre as partes. A Companhia avalia baixo em decisão de primeira instância, tendo a juíza julgado procedente o pedido para extinção da ação executiva. O autor interpôs recurso de apelação, em relação ao qual as partes aguardam julgamento que é monitorado pelos assessores jurídicos da Companhia. O valor da causa é de R\$1.884. • Trata-se de ação de cobrança por meio da qual a Blue HIPTV pretende cobrança do valor histórico de R\$5.708 (cujo valor atualizado corresponde a R\$11.052), em decorrência de alegado inadimplemento da Elemidia em relação a obrigações assumidas no Contrato de Compra e Venda de Quotas e no Acordo de Sócios celebrados entre a Elemidia e os sócios da Blue HIPTV. A Blue HIPTV alega que a Elemidia teria se comprometido a fornecer e pagar infraestrutura para regular o exercício das atividades da Blue HIPTV, em contrapartida à aquisição de 10% das suas quotas sociais. A ação foi julgada improcedente para a Blue HIPTV em primeira instância e segunda instância, encontra-se em análise para julgamento dos Embargos de Declaração pela segunda instância. Contingências Tributárias: • O Município de São Paulo lavrou autos de infração contra a Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. para cobrança de ISS supostamente não recolhido, não declarado, incidente sobre serviços de publicidade, e imputação de multa regulamentar, referente ao período de 2012 a 2014. A Elemidia apresentou Impugnações, que atualmente aguardam julgamento em primeira instância administrativa. Boa parte dos autos de infração se referem à atividade de cessão de espaço para veiculação de publicidade, a qual, à época, não estava prevista como um fato gerador, sendo entendimento pacificado no próprio Município de São Paulo que, à época, a atividade de veiculação de publicidade não estava sujeita ao ISS, no valor de R\$49.884. **26. Partes relacionadas: 26.1. Saldos e operações - controladora: Transações**

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Publicidade	3.505	1.448	7.003	6.918
TVM	1.348	5.047	4.882	10.417
Elemidia	113	4.840	431	9
H.I.G. Capital Brasil	-	-	-	10.993
Total	4.966	11.335	12.316	28.337

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Publicidade	3.505	1.448	7.003	6.918
TVM	1.348	5.047	4.882	10.417
Elemidia	113	4.840	431	9
H.I.G. Capital Brasil	-	-	-	10.993
Total	4.966	11.335	12.316	28.337

26.2. Saldos e operações - controladora: Transações

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Publicidade	3.505	1.448	7.003	6.918
TVM	1.348	5.047	4.882	10.417
Elemidia	113	4.840	431	9
H.I.G. Capital Brasil	-	-	-	10.993
Total	4.966	11.335	12.316	28.337

26.3. Saldos e operações - controladora: Transações

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Publicidade	3.505	1.448	7.003	6.918
TVM	1.348	5.047	4.882	10.417
Elemidia	113	4.840	431	9
H.I.G. Capital Brasil	-	-	-	10.993
Total	4.966	11.335	12.316	28.337

As transações com partes relacionadas registradas em outras receitas operacionais, referem-se ao Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado com a finalidade de compartilhar as despesas

incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pelas sociedades, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para as sociedades desenvolverem suas atividades. Ao final de cada mês a Companhia calcula o valor da remuneração devida por cada uma das sociedades, com base: (i) no rateio das despesas da Companhia, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais; (ii) na participação percentual de receitas de cada uma das sociedades sobre o total da soma destas; e (iii) com base no mês imediatamente anterior, tanto para receita quanto para despesas. As transações com partes relacionadas registradas em outras despesas operacionais, referem-se a faturamentos das controladas junto à Companhia, referente a campanhas de publicidade inicialmente faturadas e recebidas pela Companhia que foram repassadas para a controlada TVM. **26.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Em 31 de dezembro de 2021, foram considerados como pessoal-chave da Administração os diretores estatutários. A remuneração paga foi de R\$6.331 (R\$7.477 em 31 de dezembro de 2020), sendo, R\$2.883 (R\$7.049 em 31 de dezembro de 2020) referente a salários, férias, bônus, encargos sociais e R\$3.448 (R\$428 em 31 de dezembro de 2020) referente a benefícios indiretos que incluem plano de opção de ações, assistência médica, seguro de vida, entre outros. **27. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R\$212.801 (R\$161.470 em 31 de dezembro de 2020), dividido em 139.144.748 (96.226.570 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias unitárias, nominativas e sem valor nominal. As ações são indivisíveis perante a Companhia e correspondem a um voto nas deliberações das Assembleias gerais. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias, mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 17 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou a oferta pública de distribuição primária e secundária de 42.557.232 (quarenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, duzentos e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), sendo: • 39.303.762 (trinta e nove milhões, trezentos e três mil, setecentos e sessenta e duas) novas Ações de emissão da Companhia ("Oferta Primária"), • 3.253.470 (três milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e setenta) Ações de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, considerando a colocação das ações adicionais e a colocação integral das Ações Suplementares ("Oferta Secundária"), e em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta"). O preço da ação foi de R\$17,81 por Ação ("Preço por Ação"), perfazendo o montante total de R\$750.000, sendo os valores líquidos de comissões, geraram uma entrada de recursos de R\$668.990. Em 20 de março de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi deliberado aumento de capital referente ao exercício de opções de compra de ações do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 27 de novembro de 2020 de R\$4.179 com emissão de 2.149.400 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal. Em 31 de março de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi deliberado aumento de capital para atender ao exercício de opções de compra de ações próprias do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 23 de dezembro de 2020 de R\$269 com emissão de R\$5.033 com emissão de 1.024.376 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal. Em 04 de outubro de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi deliberado aumento de capital para atender ao exercício de direito de aquisições de ações próprias do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 23 de dezembro de 2020 de R\$269 com emissão de 13.890 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal. Em 12 de novembro de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi deliberado aumento de capital para atender ao exercício de direito de aquisições de ações próprias do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 23 de dezembro de 2020 de R\$203 com emissão de 33.144 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal. b) Gastos com emissão de ações: Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, a companhia reconheceu os gastos com emissão de ações originadas da oferta pública de 17 de fevereiro de 2021, registrando no Patrimônio Líquido o montante de R\$27.500 líquido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (R\$41.678 com tributos). Os gastos das ações colocadas adicionalmente dos acionistas vendedores decorrentes da oferta secundária foram assumidos por eles, não gerando nenhum gasto registrado nos livros da Companhia. c) Reserva legal: Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme os termos da legislação societária. d) Resultado básico e diluído por ação: Resultado básico: O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Ordinárias

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Resultado básico por ação	11.079	(68.154)	11.065	93.686
Resultado básico por ação - Em reais	(0,0986)	(0,7275)	-	-

Em decorrência de prejuízo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as ações potenciais referidas às opções de compra não foram ajustadas para fins de diluição do resultado por ação. Dessa forma, o resultado diluído por ação é o mesmo do resultado básico. e) Plano de opção de compra de ações e incentivos atrelados a ações: O plano de administração concede opções de ações à administração e funcionários, sob a condição de cumprir certos critérios estratégicos. As opções serão exercíveis de acordo com o prazo contratual de vesting de cada instrumento, a partir da data de concessão e se o executivo ainda estiver empregado na mesma data. O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo *black&sholes* que considera os prazos e as condições da concessão dos instrumentos. As opções de ações de dinheiro. O Sr. Xerxes adotou a política de liquidação em dinheiro no passado. O quadro abaixo apresenta o total de ações dos programas vigentes do Plano:

Programa do plano	Beneficiários	concessão	opção de compra	Total da despesa	
				2021	2020
2º Programa	Executivos e empregados indicados pela diretoria	29/12/2020	4.138.919	5.956	5.956
			4.138.919	5.956	5.956

O preço de exercício de cada opção individualmente corresponderá ao preço por ação pago pelo outorgado quando da aquisição das ações próprias, corrigido monetariamente de acordo com a variação do IGP-M/ou CDI, a partir da data de outorga até a data de exercício da opção. O preço de exercício será pago pelos outorgados nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração quando da ocorrência do evento de liquidez. O efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$2,40 (R\$1.346 em 31 de dezembro de 2020). A seguir encontra-se demonstrado abaixo a quantidade e o preço médio ponderado de exercício das opções de ações para cada um dos seguintes grupos de opções:

Planos de Opções de compra

Data de outorga	Ações Próprias	Opções
29/12/2020	4.138.919	5.956
Quantidade de ações do programa (*)	645.971	3.492.948
Preço de exercício em R\$	5,92 / 5,95	5,92 / 5,95
Preço de mercado na data da outorga em R\$	5,79 / 15,00	5,79 / 15,00
Valor justo das opções em R\$	5,38	5,3

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA ELETROMÍDIA S.A. - 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quadro demonstrativo da relação entre dívida líquida e patrimônio líquido:

	Consolidado	
	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	-	(2.535)
Debêntures	(603.943)	(660.184)
Total	(603.943)	(662.719)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	11.925	6.136
(-) Aplicações financeiras de curto prazo	568.257	79.999
Caixa (dívida) líquido (a) (A)	(23.761)	(576.584)
Total do patrimônio líquido (B)	767.511	91.917
Relação caixa (dívida) líquido (a) sobre patrimônio líquido (A/B)	-3%	-627%

34. Eventos subsequentes: Conclusão da aquisição da participação societária da MOOHB CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda ("MOOHB"): Em 03 de janeiro de 2022, a Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A., subsidiária da Companhia, concluiu a aquisição de 95% do capital social da MOOHB CPS Concessionária de Mobiliário Urbano SPE Ltda. ("MOOHB" ou "Companhia Adquirida"), conforme contratos de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrados em 22 de outubro de 2021. O preço total a ser pago aos acionistas da MOOHB é de R\$ 38.000, sendo R\$ 33.000 pagos à vista na data do fechamento e R\$ 5.000 a prazo. **Concessão para fornecimento, instalação e manutenção de abrigos de ônibus e de câmeras de monitoramento no Município de Porto Alegre:** Em 10 de fevereiro de 2022, a Companhia foi confirmada como empresa vencedora do Edital de Concessão 13/2020 do Município de Porto Alegre para fornecimento, instalação e manutenção de abrigos de ônibus e de câmeras de monitoramento no Município de Porto Alegre, e a consequente exploração comercial dos espaços publicitários desses equipamentos ("Concessão"). Uma sociedade de propósito específico controlada pela Companhia assinará o contrato no valor estimado de R\$29.388 e será responsável pela manutenção dos abrigos de ônibus e câ-

meras de monitoramento pelo prazo de 20 (vinte) anos. A Concessão contempla o fornecimento, instalação e manutenção de 1.507 abrigos de ônibus e reforça a atuação da Companhia no Estado do Rio Grande do Sul, onde já possui o contrato de exploração de mídia do aeroporto Salgado Filho, shoppings e edifícios. **Aprovação da aquisição parcial da participação societária da Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.:** Em 11 de fevereiro de 2022 foi aprovada sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE), por meio do ato de concentração nº 08700.005253/2021-27, a aquisição de 74,65% (setenta e quatro vírgula sessenta e cinco por cento) das ações da Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. pela Publibanca Brasil S.A., subsidiária da Companhia, conforme Contratos de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 23 de julho de 2021. A RuasInvest Participações S.A. permanecerá como sócia da Companhia Adquirida com 25,35% (vinte e cinco vírgula trinta e cinco por cento) de participação após a conclusão da transação. O preço total a ser pago aos acionistas da Ótima é de R\$416.759, sendo R\$356.954 que será pago à vista e R\$59.804 a prazo.

DIRETORIA

Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga
Diretor Presidente

Ricardo de Almeida Winandy
Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores

Alexandre Guerrero Martins
Diretor Comercial

CONTADOR

Jean Rodrigo da Silva Paulo
CRC - RJ-115.593/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Brandão Feitosa - Presidente do Conselho de Administração
Débora Mayor Vizeu - Membro do Conselho de Administração

Fábio Isay Saad - Membro do Conselho de Administração
Tiago Branco Waiselfisz - Membro do Conselho de Administração

Luiz Felipe Costa Romero de Barros - Membro Independente do Conselho de Administração
Manoel Lemos da Silva - Membro Independente do Conselho de Administração
Paulo Racy Badra - Membro Independente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Conselho de Administração da **Eletromídia S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eletromídia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Âgio por expectativa de rentabilidade futura:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro, a Companhia é requerida a testar anualmente a recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2021, o ágio por expectativa de rentabilidade futura registrado no balanço patrimonial da Companhia era de R\$ 440.924mil, como divulgado na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, (i) a avaliação das políticas relacionadas a constituição do ágio e análise anual de expectativa de referentes a aspectos contábeis como, bem como os controles adotados pela Companhia na identificação, avaliação, registro e divulgação dos respectivos riscos envolvidos; (ii) obtenção das projeções de rentabilidade futura elaboradas pela diretoria da Companhia; (iii) análise da objetividade e do conhecimento dos preparadores das projeções de rentabilidade futura; (iv) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise das premissas das projeções de rentabilidade futura determinadas pela diretoria da Companhia; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas na nota explicativa 15, foram apropriadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura preparados

pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos à adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras. **Reconhecimento de receita de prestação de serviços:** Conforme mencionado na Nota 3.6, a Companhia reconhece suas receitas, na extensão em que as obrigações de desempenho vão sendo atendidas e os serviços são prestados aos clientes, por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes serviços. Para as receitas de prestação de serviços de publicidade a serem veiculadas, o reconhecimento das receitas é efetivado com base no estágio de conclusão do serviço ou período de inserção da publicidade. O estágio de conclusão é avaliado com base no método de prazo decorrido e contratado de veiculação das mídias, conforme definido pelo o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente à norma internacional IFRS 15). A complexidade envolvida na estimativa do estágio de conclusão dos serviços que é realizada de forma individual por requisição e pedido de inserção e que estão formalizadas no contrato, bem como os potenciais riscos envolvidos em relação à competência do reconhecimento de receitas, nos levou a considerar esse assunto um dos principais assuntos de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, obtenção de documentação suporte para uma amostra de transações de receitas reconhecidas no exercício corrente, incluindo o exame dos respectivos contratos, pedidos de inserção e prazos de veiculação de publicidade e a análise dos saldos utilizando o prazo efetivo de veiculação para identificar relações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e da indústria na qual está inserida, além de demais movimentações que pudessem indicar inconsistências quanto à conformidade do reconhecimento da receita na competência adequada. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração da receita de serviços de inserção de publicidade adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 3.6, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa

realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2022



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Lazaro Angelim Serruya
Contador CRC-1DF015801/O-7

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>